

INÍCIO DA REGULAMENTAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ESPÍRITO SANTO (1966 A 1968)

Henrique Antônio VALADARES COSTA*

Neide Barrocá FACCIO**

Resumo: Este artigo trata de como ocorreu o início da formalização da pesquisa arqueológica no Estado do Espírito Santo, após a formalização da Lei Patrimonial de 1961, regularizando quem poderia desenvolver pesquisas em sítios arqueológicos, a atuação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nesse momento e os princípios de institucionalização da arqueologia como disciplina.

Palavras-chave: Arqueologia no Estado do Espírito Santo, regulamentação da arqueologia, história da arqueologia capixaba.

Abstract: This paper describes the beginning of the formalization of archaeological research in Espírito Santo, the formalization of the patrimonial law of 1961 that regulates who is allowed to do research in archaeological settings, the role of the Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional at that moment and the principles of the institutionalization of archeology as a discipline.

Key-words: Archaeology in the state of Espírito Santo, regulation of archeology, history of the archeology capixaba.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da pesquisa arqueológica no Estado do Espírito Santo ocorreu somente quando o arqueólogo Celso Perota, em final da década de 1960 se vinculou a Universidade Federal do Espírito Santo, como professor/pesquisador, e passou, após sua atuação no Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), a desenvolver pesquisas sobre a

* Aluno do Curso de Pós-Graduação do MAE/USP. Colaborador do IPHAN do Estado do Espírito Santo. Email: henriarqueologia@gmail.com

** Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Professora do Curso de Pós Graduação do MAE/USP. Email: nfaccio@terra.com.br

pré-história capixaba, com implementação de reserva técnica e laboratório, ministrando aulas de arqueologia por meio do Departamento de Ciências Sociais até sua aposentadoria em 1995.

Este artigo tratará do momento anterior a sua chegada e ao início da atuação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, a partir da Lei de 1961, início da legislação patrimonial, regulamentando quem deveria ou não desenvolver a pesquisa arqueológica no Brasil, analisando através da produção acadêmica e curricular dos arqueólogos Dr. Adam Orssich de Slaventich e da Dra. Elfriede Stadler Orssich entre os anos de 1966 e 1968. Também são apresentados alguns dos antecedentes históricos no Estado que legitimavam uma completa ausência de discussão interna sobre a historicidade dos indígenas na região.

Não havia instituições prontas no Espírito Santo, na década de 1960, que pudessem estruturar os princípios de uma arqueologia acadêmica. A completa falta de interesse da sociedade capixaba (da maior parte pelo menos) em desenvolver pesquisas arqueológicas ou mesmo de uma história indígena local era reflexo da mentalidade eurocêntrica desenvolvida durante o século XIX. Entretanto, com a nova política preservacionista dos sítios arqueológicos da Lei de 1961, o SPHAN, através do Dr. Cristiano Fraga, começa a estimular a pesquisa arqueológica local.

O Conde¹ Adam Orssich de Slaventich, nascido em Varazdin, Croácia, em 1895, na época território do Império Austro-Húngaro, começou seus estudos primários em colégio jesuíta adquirindo. Posteriormente, nacionalidade iugoslava, depois da Primeira Grande Guerra com a anexação da Croácia pelo Reino da Iugoslávia.

Iniciou seu contato com a arqueologia como amador e colecionador² de antiguidades, participando de várias escavações com a equipe da Universidade de Viena no norte da África, Grécia, Itália e Ásia Menor. Orssich fez seus estudos em Direito entre os anos de 1918 e 1920 em várias faculdades da Iugoslávia e Áustria, posteriormente, em 1924, em Sarajevo tira o diploma de engenheiro de minas. Sua profissionalização decorre somente depois de 1930, em Niz, capital da província da Morávia, quando, realizando escavações por conta própria, montou um Museu Regional, doando a ele sua própria coleção.

¹ Orssich era membro da aristocracia dos Bálcãs, chegando a ser nomeado em 1941, Governador de Província, cujo cargo perdeu com a queda do Reino da Iugoslávia na Segunda Guerra Mundial e a ocupação da Macedônia pelos búlgaros (CHMYZ: 1977, p. 8).

² Chegou a possuir peças pré-históricas, gregas, romanas e uma das coleções de moedas mais completas da Iugoslávia.

Em 1932, tornou-se Diretor do Patrimônio Nacional época em que preparou um projeto de lei para salvaguarda dos monumentos históricos, sendo aprovado pelo Parlamento. Entre os anos de 1933 e 1938, buscou adquirir uma maior fundamentação científica em sua profissão, estudando na Universidade de Beograd Arqueologia, História da Arte, História Eslava e Germanística (CHMYZ, 1977).

Devido aos inúmeros conflitos existentes em toda Europa, Adam Orssich e sua então esposa a arqueóloga Elfriede Stadler³ fugiram para o Brasil. Aqui radicados desde 1951, foram imediatamente convidados por José Loureiro Fernandes para lecionar, em 1952, no primeiro curso de Arqueologia no Brasil, na Universidade Federal do Paraná antes da fundação do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), em 1956 (DREYER: 2006).

Nos anos quarenta e cinquenta após lutas de intelectuais no Brasil, foi elaborada a Lei de Proteção Federal das jazidas arqueológicas. Em 1961, é aprovada a Lei Federal 3924, pela qual deveria ser requerida licença de pesquisa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério de Educação e Cultura, devendo o pesquisador estar vinculado a uma Instituição de Pesquisa para realizar escavações ou guarda de material (MENDONÇA: 1991).

O CEPA promoveu a vinda de outros arqueólogos estrangeiros que seriam grandes influências para a formação dos arqueólogos no Brasil, como Joseph e Annette Laming-Emperaire, Betty Meggers e Clifford Evans. O CEPA tornou-se o principal centro de formação de arqueólogos no País.

Com a Lei de 1961, o DPHAN no Espírito Santo iniciou os primeiros passos para a criação de um centro de pesquisa arqueológico, associado, em parte, com a Universidade Federal do Espírito Santo, que contava com alguma cooperação do Professor Alberto Stange, do Gabinete da Cátedra de Antropologia da Universidade (ORSSICH: 1982).

Nesses termos, a formalização legal da arqueologia no Espírito Santo começava vinculada com a arqueologia patrimonial. No ano de 1966 é liberada uma verba para realização desse levantamento arqueológico e, com isso, foram convidados Adam e Elfriede Orssich, residentes no Estado desde 1963.

³ Ao contrário de seu marido, Elfriede Stadler começou seus estudos de graduação e logo depois o doutoramento em arqueologia na Universidade de Viena. Após a morte de Orssich em 1968, abandonou suas pesquisas em arqueologia e tornou-se professora de História da Arte na Universidade Federal do Espírito Santo. Segundo Perota (comunicação pessoal) foi a principal responsável pela elaboração dos relatórios de pesquisa arqueológica no Paraná e no Espírito Santo.

A arqueologia ‘acadêmica’ no Espírito Santo teve seu início com o financiamento do Estado Brasileiro, como no resto do país; entretanto, não passou pelas instituições de museu ou na recém criada Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como nos principais centros Rio de Janeiro e São Paulo (FUNARI, 1994. P. 26). A Arqueologia institucionalizada no Estado do Espírito Santo, como citado anteriormente, começa pelo SPHAN, atual IPHAN, que na época era uma sub-regional do Rio de Janeiro, dirigida localmente pelo Professor Cristiano Woelffel Fraga.

Dezesseis relatórios foram redigidos com as observações e registro de escavações feitas em vários pontos do território capixaba. Além da ênfase que deu ao estudo de murundus⁴, amontoados de terra que teriam sido levantados pelas populações indígenas, Orssich estabelece o primeiro diagnóstico geral do grau de preservação dos sítios arqueológicos, avalia o impacto que estavam sofrendo pelo crescente aumento da agricultura e das novas estradas de rodagem.

Os pesquisadores chegaram no Espírito Santo em momento de grandes transformações no quadro econômico e político. A década de 1960 estabelece o início dos “Grandes Projetos Industriais”, no Espírito Santo, marcados com a chegada da Aracruz Celulose, construção do Porto de Tubarão, ampliação da Companhia Vale do Rio Doce e a federalização da Universidade Estadual. Esse ambiente propiciou grandes mudanças no Espírito Santo antes integralmente de economia agrícola.

Apesar dos Sambaquis do Espírito Santo terem sido pontualmente pesquisados pontualmente incluídos como objeto de análise nas discussões sobre a artificialidade ou não dos Sambaquis, não havia nenhum ou quase nenhum⁵ debate local, sobre a pré-história capixaba. As raízes históricas para explicar a total falta de interesse dos intelectuais e dos governos locais em desenvolver e estimular estudos sobre as populações indígenas locais contemporâneas ou mesmo no passado se encontra, em grande parte no final do período da Colônia.

Com o esgotamento das jazidas auríferas de Minas Gerais, a Capitania do Espírito Santo perdeu sua função de barreira natural e militar que devia proteger o litoral de possíveis invasões; assim, no final do século

⁴ Esses murundus serão discutidos mais a frente, foram diagnosticados posteriormente como sendo de proveniência natural, onde a espécie de cupim pode elevar murundus de até 4 metros de altura. É interessante notar que o casal usava uma análise comparativa com os sítios arqueológicos encontrados na região Sul os sítios montículos, relacionados a grupos falantes da língua Jê (PEROTA: 1975).

⁵ Afonso Claudio de Freitas, republicano histórico do Espírito Santo, publica em 1932, um ensaio de sociologia e etnografia onde discute a partir de informações do Museu Nacional e análise craniométrica as origens do ‘Homem do Sambaqui’ e sugere que os botocudos seriam descendentes deles (FREITAS, 1932).

XVIII, a integração entre Minas e o litoral capixaba tornou-se indispensável. A Capitania possuía extensa cobertura de florestas e alta densidade de populações. Os diversos grupos indígenas –, somados os índios ‘mansos’ e os índios ‘selvagens’ –, ocupavam a maior parte do território no século XIX e parte do XX. Em 1808, o príncipe Regente D. João declara guerra aos índios botocudos de Minas Gerais, Sul da Bahia e principalmente no Espírito Santo (PARAISO, 1992).

Tanto no período Colonial, Provincial quanto na primeira metade do século XX, durante a República, o índio no Espírito Santo era visto de maneira pejorativa, um atraso ao desenvolvimento econômico da região. Esse discurso em relação ao índio como problema social a ser resolvido estava atrelado à crescente economia cafeeira e à necessidade de mais áreas agricultáveis e mão de obra. No Espírito Santo, tanto os índios ditos como ‘civilizados’ ou ‘mansos’ quanto os ditos em estado de plena ‘barbárie’, puri e botocudo, terão seus territórios tradicionais invadidos (MARINATO, 2007).

O problema do indígena no Espírito Santo, mesmo que em todo o Brasil, passa pelo problema fundiário. Sobre as políticas indigenistas do século XIX e início do XX:

Mas para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas não sem dúvida da conquista territorial e segurança dos caminhos dos colonos e os motores do processo (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133).

É interessante observar que as áreas onde se deram os primeiros núcleos de colonização europeia do século XIX no Espírito Santo, eram áreas tradicionalmente indígenas, como no caso da antiga colônia de Santa Cruz, antigo aldeamento fundado pela ação dos jesuítas, no século XVI.

Uma importante informação do Governador da Capitânia do Espírito Santo de 1789, ao Governo da Bahia sobre a Vila de Nova Almeida, antigo aldeamento dos jesuítas, ainda com uma população majoritariamente indígena, reflete esse período:

Esta vila vemos, como dito fica, no princípio serem índios os seus habitantes. Esta gente é inteiramente **preguiçosa** e de nada estimam os haveres, de sorte que, possuindo com que passem alguns dias, não cuidam no futuro, e só obrigados da necessidade ou **temor**, trabalham (NEVES, 2000, p.139).

Essa mentalidade não mudou na fundação do Império, cuja discussão é aprimorada com novos elementos como o discurso sobre a existência de territórios com ‘vazios demográficos’. Esse discurso seria utilizado em diversas regiões do Brasil, negando a existência de populações indígenas a partir de 1850 com a regulamentação de Lei de Terras, com o objeto de apoderação das terras indígenas.

Com as repressões estabelecidas à escravidão pela Inglaterra após 1850 e as teorias racistas cria-se nessa época uma política de ‘embranquecimento’ com a entrada das populações europeias oriundas principalmente da península da Itália e da futura Alemanha. Uma informação do presidente de Província em 1852 à Câmara de deputados provinciais do Espírito Santo reflete essa mentalidade:

Sinto Sr., não poder notificar-vos a fundação de alguma nova colônia nesta Província: o meu pesar nasce da convicção de que a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez a Província que encerrando tantos elementos de engrandecimentos se conserva em estado de abatimento, e ocupa uma posição muito secundária entre suas coirmãs por falta de população inteligente e ativa. (...) Não desanimamos porém, que a mão que fechou as portas do Império à população da África, as abrirá a imigração europeia” (D ZAMBUJA, 1852, p. 40-41).

O índio pouco é mencionado na produção historiográfica oficial como na obra de Basílio Daemon intitulada a “Província do Espírito Santo sua Descoberta, História, Chronologia, Synopsis e Estatística”, de 1879, sendo uma descrição organizada sobre a história factual, da época da província, servindo apenas para narrar a vitória do colonizador português em cima de povos bárbaros e antropófagos.

A perspectiva evolucionista do século XIX definia a história do homem como um processo unilinear de desenvolvimento em diferentes graus de progresso, onde se passava de estágios mais simples para estágios mais complexos, tanto do ponto de vista tecnológico-social quando

do biológico e intelectual. Com isso as populações indígenas do Brasil eram consideradas atrasadas em seu estágio de desenvolvimento cultural.

Os intelectuais a serviço do Império atribuíram algumas razões sobre essa origem e explicaram através do método comparativo da antropologia evolucionista qual nível cultural e por quais razões se encontravam nessa condição. Assim como era pensado nos centros políticos nacionais tais como São Paulo e Rio de Janeiro, o índio era uma espécie de fóssil vivo e por isso não possuía uma história verdadeira, que em vários locais do mundo, como na Argentina, eram representados em Museus de História Natural sendo uma história que estava marcada pela involução e com isso não necessitava de grande elaboração (NOELLI & MENEZES, 2007)

Noelli e Menezes (2007) analisando a obra de Martius, importante intelectual do Império, juntamente com Varnhagem, de que as populações indígenas eram degeneradas, escreveram que:

O índio, para ele, era o testemunho da imobilidade e estagnação de uma raça, estampava os sinais iniludíveis de uma involução. Seu corpo seria um fóssil vivo, uma espécie calcinada, macerada pela degeneração” (NOELLI & MENEZES: 2007; 1243).

Esse quadro ideológico vai persistir por todo século XX e se refletiria na historiografia capixaba, onde o índio é (quase) invisível. Apesar de ter sido uma população com domínio espacial maior que o Império e a República Velha, a historiografia capixaba continuou negando a presença indígena no Espírito Santo. Isso tudo negando sua história, seguindo a máxima de Varnhagem, onde afirma que o indígena não possui história, mas etnografia, e com isso diminui sua condição humana e justifica políticas de extermínio e escravidão que tanto marcou a história do Espírito Santo e do resto do Brasil. Em grande parte, esse quadro explica a ausência de centros de pesquisa local na pesquisa da pré-história e etnologia indígena.

1. ARQUEOLOGIA ACADÊMICA CHEGA AO ESPÍRITO SANTO

Como fora citado anteriormente a arqueologia profissional ou acadêmica começa no Espírito Santo, tutelada pelo Estado brasileiro, mas fora de instituição de museu ou universidade. Apesar de existir um Museu de Vitória (hoje extinto) ele não possuía nenhuma estrutura da universidade criada recentemente não possuía em seu quadro nenhum arqueólogo para dar início as pesquisas. Orsich mesmo descreve em relatório sobre o Museu de Vitória:

Infelizmente esse museu é quase desconhecido, mesmo nos meios mais educados de Vitória. A meu ver precisaria urgentemente de revitalização, para poder servir de centro de pesquisas, para divulgação de conhecimentos culturais e científicos, e para a educação da mocidade. Parece que o orçamento desse museu é insuficiente, ele não tem biblioteca adequada e seu movimento é quase nulo” (ORSSICH, 1982, p. 47).

Devido à sua formação anterior como engenheiro de mineração Orssich, chegou a trabalhar em Minas Gerais por um curto período de tempo e possuía um negócio de venda particular de pedras preciosas.

Antes da Lei de 1961, entre os anos 1930 e 1960, o interesse pelos sítios arqueológicos no Espírito Santo era pontual, por curiosos locais ou, na grande maioria, provenientes do Rio de Janeiro, ‘amadores’ que chegaram a produzir alguns artigos e capítulos de livros sobre sambaquis e sítios cerâmicos tupis das regiões litorâneas e do interior do estado.

Nessa fase informal da arqueologia no Espírito Santo, havia dois tipos de amadores, os ‘amadores acadêmicos’, ou os amadores que possuíam algum curso superior, a maioria nas áreas médicas, biológicas ou geólogos. Esses amadores realizaram atividades descritas e publicadas em artigos ou mesmo em livros; os demais eram curiosos e ‘coleccionadores’ que procuravam nas ‘jazidas’ artefatos para aumentar coleções pessoais de machados ou cerâmicas. Orssich possuía uma opinião severa em relação aos amadores que realizavam escavações no interior do Estado, reforçando a necessidade, junto ao SPHAN, da presença de arqueólogos profissionais com currículo acadêmico:

É lamentável a destruição dos sítios arqueológicos por leigos amadores em busca de objetos para as suas coleções. O aldeamento em Santa Julia já é o segundo em que ouço dizer que o dr. José Rodim Peret fez escavações ilícitas (ORSSICH, 1982, p. 118).

O Órgão acabou respondendo aos vários ofícios a pedido do Dr. Christiano Fraga sobre denúncias de depredação e ‘achadouros’ para realizar visitas técnicas, muitas vezes seguidas de sondagens, coleta material na superfície e mais informações sobre a existência de outras ocorrências arqueológicas, ou como na linguagem que usava ‘achadouros’ arqueológicos.

Colecionadores realizavam escavações para ampliar seu acervo particular de peças pré-históricas tal como faziam os antiquários do século XVIII na Europa. Sobre os 'amadores acadêmicos' não emite nenhuma opinião. Entretanto, faz uso de sua produção para guiar o programa de levantamento arqueológico.

Alguns desses 'amadores acadêmicos' são: Meyer Ferreira, dentista que descreve alguns sítios arqueológicos litorâneos, mas centra-se numa descrição de fatos curiosos sem ter uma definição sobre o material que esteve a sua disposição. Relata, também, a presença do Sambaqui da Ilha do Felix de 10 metros de altura, o maior até hoje registrado no Estado na publicação "Sambaquis de Vitória" de 1932.

Dr. Aldemar de Oliveira Neves publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo um trabalho intitulado "O ceramio de Sapucaia", que é um apanhado de informações a respeito de um sítio arqueológico encontrado no vale do Rio Cricaré. Nesse trabalho está inserido um comentário da professora **Heloísa Torres**, então diretora do Museu Nacional, no qual define a cerâmica como "tupi" em vista do aspecto da decoração pintada da mesma. Esse trabalho pioneiro é de fundamental importância para o conhecimento da pré-história do Espírito Santo, haja vista o fato de que o autor, apesar de não ser arqueólogo, era médico sanitariano, e teve bom senso na coleta das informações, e, principalmente, buscando definições sobre o material na melhor instituição científica da época, além de fazer uma publicação ilustrada, fato que hoje facilita a interpretação e os coloca dentro da dinâmica pré-histórica atual (NEVES, 1953).

Dr. Ernesto Salles Cunha (1963/76) dentista fluminense que se interessou vivamente pela população 'sambaquiiana' do litoral do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo realizado seus estudos que se concentraram nos aspectos dentários da citada população. Na década de 60 o Dr. Ernesto Salles da Cunha cadastrou e pesquisou alguns sambaquis na Baía de Vitória, no qual teve a colaboração de Alberto Stange Junior, professor da cadeira de antropologia da UFES e do Dr. Roberto Vianna, então engenheiro do DNOCS e também professor da UFES, do Dr. Affonso Schwab, que foi informante, pois se interessava pelo assunto. Os resultados de seus trabalhos foram publicados em periódicos no Estado do Rio de Janeiro.

O Dr. Augusto Ruschi, biólogo capixaba, publicou no Boletim do Museu de Biologia "Professor Mello Leitão", do qual foi diretor, o trabalho "Contribuição à Arqueologia de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo. Objetos de pedra de origem indígena". Trata-se de uma compilação de

dados e referências arqueológicas coletadas no Município de Santa Teresa, no Vale do Rio Doce, e de informações esparsas sobre achados na serra do Mar. Importante destacar a precisão das informações contidas no trabalho as quais possibilitaram ou ao PRONAPA a realização de um trabalho técnico, em alguns sítios, no ano de 1970 (RUSCHI, 1947).

Esse período da história da arqueologia capixaba necessitaria uma análise mais aprofundada das produções de cada um deles, haja vista que cada um enfatizava um aspecto ou outro das coleções adquiridas por escavação como no caso dos odontologistas preocupados em estudar a paleopatologia dentária dos sambaquis, como Salles Cunha e Meyer Ferreira ou da perspectiva mais humanista de enaltecimento da figura do índio como de Dr. Aldemar de Neves, em sua pequena publicação pela Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, em 1943 relata, muito entusiasmado, sobre escavação de um sítio tupi em Sapucaia litoral norte do Espírito Santo.

Forças estranhas possivelmente ancestrais dominavam-nos inteiramente e de um modo esquisito. Fascinação? Não, talvez a voz do sangue!”
Tentamos seguir as pegadas dos nossos ameríndios, não como os frios naturalistas de outros climas, os Saint-Hilarie, Von Martius, De Wied, Hartt, e outros, porém impelidos pelo entusiasmo selvagem dos homens dos trópicos (NEVES, 1943, p. 43).

De certa forma a arqueologia defendida e realizada por Orssich passava ao largo dessa perspectiva humanista e entusiasta de Aldemar Neves. Orssich segue a perspectiva “cientificista” do século XIX, sem a ideia degenerativa do índio envolvendo nas florestas tropicais.

Sendo muitos deles até o presente apesar de terem sido em parte considerados como ‘depredadores’ do patrimônio arqueológico brasileiro, graças a eles podemos ter o registro, mesmo que parcial de alguns sítios arqueológicos que poucos anos depois se encontrariam completamente destruídos, como o caso do Sambaqui da Ilha do Felix em 1936 de Meyer Ferreira e vários outros de Salles Cunha (PROUS, 1992).

2. ORSSICH E SUAS CONSIDERAÇÕES À PRÉ-HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Orssich apresenta relatórios descritivos sobre as escavações arqueológicas tanto no Espírito Santo quanto no Paraná, não havendo nesse primeiro momento uma discussão teórica aprofundada sobre a definição de

cultura. Enquadrado no histórico culturalismo; menciona sempre termos como traços culturais e manifestações culturais. Sua definição de cultura pode ser entendida como um complexo ou conjunto de traços típicos de uma sociedade, que possuía uma história dividida em várias etapas.

Identifica-se nele um forte veio do evolucionismo, apesar de ser mais 'brando' do que o do século XIX, quando usa pontualmente expressões como 'cultura avançada' e 'cultura primitiva'. Há igualmente fortes elementos do funcionalismo quando vai explicar as diferenças entre os sambaquis do Sul e os do Espírito Santo:

Os que vimos são muito menores que os da costa sulina do Brasil, o que não é de estranhar, visto que as águas costeiras do nosso litoral têm fauna bastante pobre, especialmente em moluscos, em comparação com as águas da costa dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" (ORSSICH, 1982, p. 49).

Atribuindo as relações do homem com o meio ambiente um elemento chave para entender uma cultura, assim como todo o resto do complexo cultural identificado no registro arqueológico.

Como estava ainda numa fase muito inicial de levantamento e coleta de dados de campo e analisar o material antes de formular hipóteses, Orssich começou a elaborar **Áreas Culturais**. Entretanto não chegou a concluir ou mesmo propor sistemas de difusão e rotas migratórias para explicar a pré-história do Espírito Santo, mas estabeleceu um contexto arqueológico, através da análise direta dos traços culturais distintos entre uma camada e outra, ou mesmo de um tipo de sítio e outro (ORSSICH, 1977) (Figura 1).

Seus métodos de avaliação são descritos em vários pontos dos relatórios, quando discute sobre o material proveniente do Rio Doce, define que através de uma escavação poderia revelar dados sobre a forma, construção, tamanho e material das choupanas dos indígenas de um complexo cultural muito difundido na área do sistema do rio Doce e dos seus afluentes, tendo eu achado cacos pintados e decorados em idêntico estilo em vários lugares dos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha e mesmo São Mateus e Conceição da Barra (ORSSICH, 1982, p. 119).

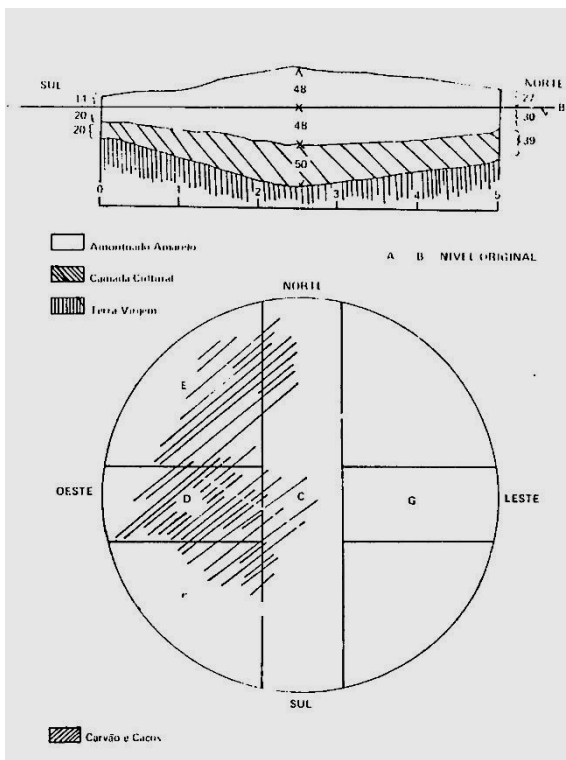


Figura 1: perfil estratigráfico e planta baixa de sítio tupi escavado em Domingos Martins, Fazenda Lehun. Na legenda acima do perfil estratigráfico lê-se, 'Amontoado amarelo', 'Camada Cultural' e 'Terra Virgem'. Para o croqui da planta baixa do sítio 'Carvão e Cacos'.

Relacionou as pequenas espessuras das camadas culturais dos sítios escavados com o intenso hábito migratório das populações pré-históricas. Definiu cultura material como produto de manifestações culturais do passado, traços deixados no passado a serem investigados pelo arqueólogo.

Orssich não discutiu, em momento nenhum, o índio propriamente dito, e faz uso apenas dos relatos dos cronistas para prospectar sítios e discutir processos industriais de produção, cerâmicos e líticos, não para remontar estruturas sociais ou identificar hábitos de comportamento. Ele não tem tempo para elaborar problemas devido à morte em decorrência de câncer no ano de 1968.

O autor elabora uma classificação dos sítios arqueológicos capixabas como sendo murundus, sambaquis e aldeamentos tupis. A maioria dos murundus mostrou-se estéril arqueologicamente, mas ele tenta, com base em sua experiência obtida no Paraná, relacioná-los ao que seria chamado posteriormente de aterros ou montículos, vinculados aos grupos jês do Sul:

Considerando a existência de tais amontoados em grupos às vezes numerosos, e o hábito universal dos povos pré-históricos que em toda parte do mundo, começaram a enterrar os mortos sob amontoados de terra ou pedra, logo que superaram a fase nômade e alcançaram a da agricultura rudimentar e com isso certa estabilidade, somos de opinião de que esses amontoados são túmulos indígenas.

Esta opinião é corroborada por uma observação por nós feita quando, em 1952, durante uma excursão ao município de Serro Azul, no Estado do Paraná, nos foram mostrados amontoados de terra muito semelhantes. Os “moradores afirmaram ter achado neles esqueletos, machados e flechas de pedra, cacos de cerâmica, etc (ORSSICH, 1982, p. 48)”.

Sobre os sambaquis havia uma ampla discussão e a localização de muitos desses sítios era conhecida, alguns já haviam sido escavados por Salles Cunha em 1953, chegando visitar e até a estabelecer comparações com os sambaquis sulistas.

Além das escavações e sondagens, chegou a fazer croquis de algumas peças de colecionadores ou mesmo de alguns de seus achados fortuitos, onde elaborou alguns croquis dessas peças (Figura 2).

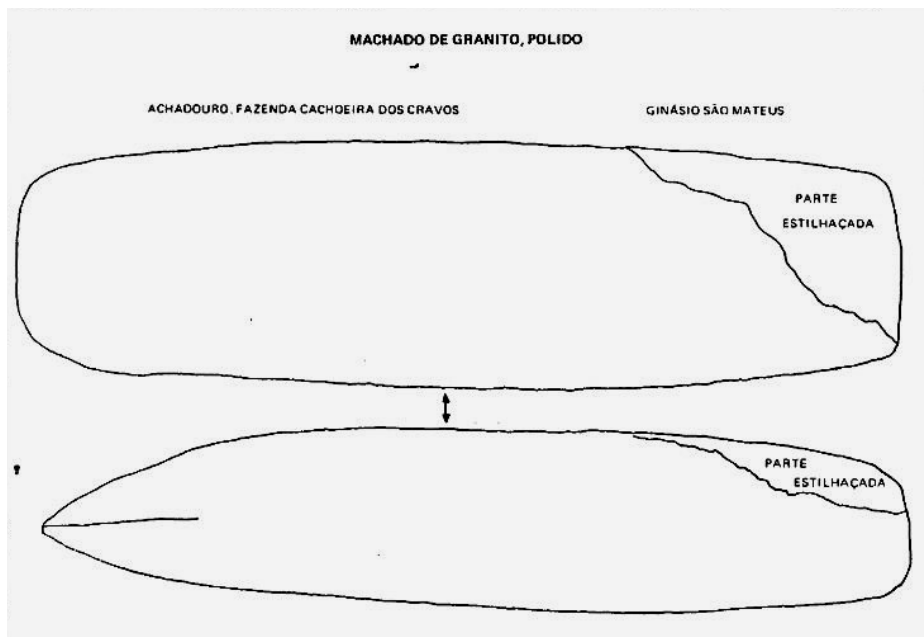


Figura 2: croqui de lâmina polida sem proveniência exata, município de São Mateus. A lâmina apresenta uma reconstituição gráfica do que seria seu formato original (p. 53).

Orssich tentou organizar achados fortuitos e começou a estudar as técnicas de fabricação de cerâmica onde, segundo suas palavras “era indispensável que o conhecimento exato da técnica do preparo do barro e das formas dos vasos e estilos decorativos empregados em cada um desses complexos, sendo esse conhecimento o único meio de classificar os achados” (ORSSICH, 1982, p. 81).

Sobre a volumosa quantidade de material cerâmico de decoração pintada exercita croquis para entender os traços culturais nelas representadas (Figura 3).

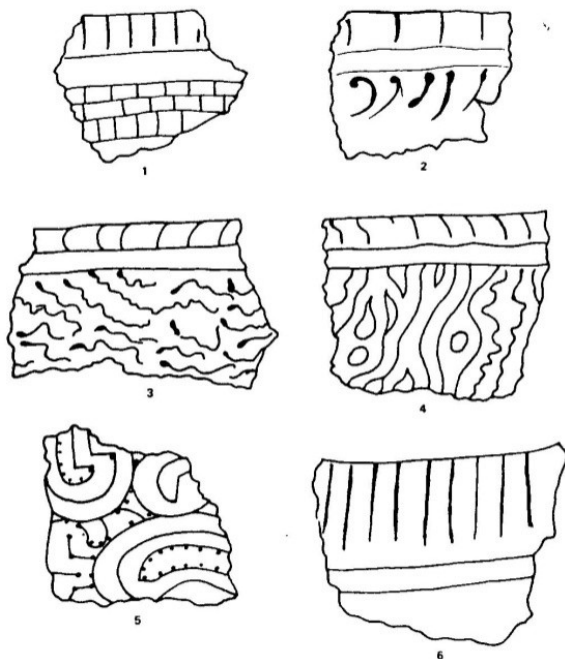


Figura 3: croqui com fragmentos cerâmicos, provenientes de São Gabriel da Palha, princípio de classificação e análise de processos industriais de produção de cerâmica de achados fortuitos e coleções desconectadas.

Apesar de ter evidenciado mais material proveniente desses sítios tupis, Orsich direcionou seu interesse aos elevados de terra, murundus espalhados pelo Estado inteiro. Isso, talvez, pela sua perspectiva adquirida em sua vivência europeia em trabalhar aqui com o que fosse mais próximo a um 'monumento' arqueológico.

Tendo em vista que a arqueologia brasileira foi marcada por seu teor altamente descritivo e pouco teórico nos artigos e relatórios de campo, Orsich reproduz uma tendência nacional, ele não faz usos de comparações entre a pré-história dos Bálcãs com a capixaba, usa a experiência do Paraná.

CONCLUSÕES

Adam e Elfriede Orssich contribuíram para um momento importante da história da arqueologia brasileira. Devido ao pouco tempo de pesquisa efetiva (um ano) que eles realizaram no Espírito Santo, especialmente pela morte prematura de Adam Orssich, em 1968, seu método de escavação sistemática obteve “pouco impacto” na arqueologia brasileira e mesmo no Espírito Santo ele foi pouco relevante.

Esse ‘pouco impacto’ decorre principalmente, por não estarem vinculados a uma Instituição que desse seguimento às pesquisas iniciadas por eles, e também pelo fato de como as pesquisas, que foram desenvolvidas pelo PRONAPA, estarem direcionadas ao entendimento da distribuição dos grupos ceramistas, tendo um foco mais prospectivo do que o entendimento intra-sítio como realizavam o casal favoreceu a esse quadro.

Durante a fase do PRONAPA o relatório era completamente desconhecido como referência, sendo publicado somente em 1982 na Revista de Cultura da UFES, por Celso Perota, que já possuía uma cadeira e desenvolvia pesquisas pela universidade.

O relatório de Orssich com sua metodologia sistemática inédita no Estado teve muito mais um efeito de discurso contra os ‘amadores’ e reafirmação da formalização legal da arqueologia, advinda da Lei de 1961 do que um ‘tratado’ científico de formulação da pré-história do Espírito Santo. Não que isso fosse o foco principal deles, do casal, e nem que lhe tire o crédito, desmerecendo suas atitudes em montar um centro de pesquisas local. Orssich propõem ao SPHAN um programa de estruturação de núcleo de arqueologia e de treinamento:

Na falta de uma cadeira de arqueologia na Universidade Federal do Espírito Santo, não há ainda em Vitória estudantes treinados em pesquisas arqueológicas de campo, que pudessem ajudar no descobrimento, classificação e registro de sítios arqueológicos. Seria aconselhável treinar uma turma de aficionados, preferivelmente estudantes universitários e secundários, pelo menos nos métodos mais rudimentares de observação e pesquisa de campo arqueológica, porque nas saídas, o arqueólogo sempre precisa de uma equipe de auxiliares para investigação de áreas extensas e para sondagens arqueológicas em pontos de interesse (ORSSICH, 1982, p. 50).

A questão de o relatório ter sido muito mais um impacto ‘político’ do que acadêmico não era intencional. Orssich, realmente, tentou estabelecer uma ruptura com o passado dos amadores e iniciar uma fase científica da arqueologia e tenta já nesse curto período de tempo contextualizar a pré-história do Espírito Santo com a pré-história brasileira, iniciada no Paraná em 1952. Em suma, Orssich contribui para estabelecer parâmetros concretos de atuação ao Patrimônio Histórico Artístico Nacional para fiscalização e gestão do Patrimônio Arqueológico nesse novo momento pós-Lei de 1961.

Agradecimentos: Não podemos deixar de agradecer a algumas pessoas que contribuíram para a elaboração desse artigo, primeiramente ao professor Celso Perota por ter sido solicitado em responder minhas as dúvidas sobre o relatório em questão, ao Francisco Silva Noelli pelas importantes considerações sobre o tema e indicações de leitura, e ainda a Jonas Gregório e Juliana Luz pela revisão do texto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Políticas indigenistas do século XIX**. In: **História dos Índios do Brasil**, Ed. Schwarcz Ltda., São Paulo, 1992

CHMYZ, Igor. **Coletânea de artigos de Adam e Elfreide Orssich. Cadernos de Arqueologia**, ano II, n 2, Museu de Arqueologia e Artes Populares – Universidade do Paraná, 1977.

DEAMOM, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo, sua Descoberta, História Chronológica, Synopsis e Estatística**. Vitória, Tipografia Espiritossantense. 1987.

FERREIRA, Lúcio M.. “Um bando de idéias Novas” na Arqueologia (1870-1877). **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo**, 11: 21-33, 2001.

FREITAS, Des. Afonso de. **Ensaio de sociologia, ethnografia e crítica**. Petropolis: Typografia das “Vozes de Petropolis”, 1932.

FUNARI, Pedro Paulo A..**Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação**. Campinas: 1994.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção de 'vazios demográficos': guerra e chacina no vale do rio Doce (1800-1830). **Revista Semestral do Departamento de História**. Vitória: UFES, 2001.

NEVES, Guilherme Santos. Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino ao governador da Bahia - 1790. Origem da historiografia capixaba. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo**. n 53 Vitória: 2000.

NUMENDAJÚ, C. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1982.

ORSSICH, Adam. Relatório Arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES – 19 – Março/Abril/Maio**, 1982.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: EdUnB, 1992.

PEROTA, Celso. **Dados parciais sobre a arqueologia Espírito-Santense**. PRONAPA 4. Resultados Preliminares do 4. Ano (1968-1969). Publicações Avulsas 15:149-162. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1971.

----- . **Resultados preliminares sobre a arqueologia da região Central do Estado do Espírito Santo**. PRONAPA 5. Resultados Preliminares do 5. Ano (1969-1970). Publicações Avulsas 26:127-140. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.

PARAÍSO, M.H.B. Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. **Dédalo**, 28: 63-95. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

----- . Os Botocudos e sua trajetória História In: M. C. da Cunha **História dos Índios do Brasil**, Ed. Schwarcz Ltda., São Paulo, 1992. p. 413-430.

NOELLI, Francisco Silva; MENEZES, Lucio. **A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira**. História, Ciências e Saúde. Rio de Janeiro, v. 14, n 4, p. 1239-1264, set.- dez. 2007.

DIAS, Adriana Schmidt. **Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico para implementação do PRONAPA**. Rev. do CEPA, Santa Cruz do Sul, 19 (22): 25-39, mar. 1995.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **História da arqueologia brasileira**. Pesquisas. Antropologia, n 46, Rio Grande do Sul: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1991